

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE APOIO À ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ALTAMIRA - PARÁ

A LOOK AT THE PRACTICE OF SUPPORT PROFESSIONALS FOR STUDENTS WITH AUTIST SPECTRUM DISORDER (ASD) IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN ALTAMIRA - PARÁ

Antônio dos Santos Leonel¹
Ronaldo dos Santos Leonel²
Joab Marques da Costa ³
Maxilene Ferreira Sales⁴
Aldemberg Meireles Soares da Silva⁵
Raquel Damares Machado Meireles da Silva⁶

RESUMO: O trabalho: “Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com autismo da rede municipal de ensino em Altamira Pará”, vincula-se à linha de pesquisa de Currículo e Gestão da Escola Básica e busca discutir a prática pedagógica desses profissionais à alunos com TEA. Nesta pesquisa denominamos por profissionais de apoio (doravante P.A.) os sujeitos que auxiliam alunos com deficiência e no caso da arguição aqui apresentada com foco em estudantes com transtorno do espectro autista TEA nas diversas atividades desenvolvidas na escola, dentro e fora da sala de aula regular. Estudar um olhar sobre a prática de profissionais de apoio (PA) à alunos com autismo contribui para ampliar o conhecimento na área, transportando-nos a perspectiva da inclusão escolar. Neste horizonte, a temática reafirma a necessidade de que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária. O foco central desse estudo é campear o quanto a polidez de crianças autistas é algo que inclui muitas habilidades sociais, visuais, comportamentais e de rotina. Evidenciando quais seriam as estratégias fundamentais para que a criança autista cresça cognitivamente e socialmente, além de elevar o bem-estar psicológico da criança e da família.

Palavras-chave: Educação. Autismo. Currículo. Educação básico. Altamira.

¹Professor do magistério superior, colegiado Letras/Francês- UNIFAP. Doutorando em Ciências da Educacion -UNADES. Mestre em Ciências da Educacion - UNADES. Especialista em linguística aplicada - FTA e Graduado em Letras/português - UVA Macapá/Amapá. E-mail: Leonel.lima_filho@hotmail.com. lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835748549798398>.

² Mestrando em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia -UEPA, e Graduado em Biologia-UVA, e Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Matemática - IFPA/CAMPUS Altamira, Pós-Graduado em Educação Especial FAVINE, e Gestão Escolar UNINTER, Professor Efetivo da educação básica no Município de Altamira Pará. E-mail: ronaldoleonelatm@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6105638621607429>.

³ Graduado em educação do Campo com Habilitação em Ciências Sociais e Humanas pelo Instituto Federal de Ciências e tecnologias do Pará-IFPA, É professor da educação básica no Município de Altamira/Pará, E-mail: joabmax330@gmail.com. lattes: <http://lattes.cnpq.br/9196660186320348>

⁴ Formada em Letras pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária / FAPAF. Licenciada em Pedagogia (Faculdade Intervale) Especialista em Gestão e Coordenação. Pedagógica (Faculdade Intervale) Prof.^a de Língua Portuguesa dos anos finais do Município de Altamira. E-mail: maxilenei@hotmail.com http://lattes.cnpq.br/200718433014125585_5273

⁵Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia FACINTER, Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia UFPA, Professor Efetivo da Educação Geral no Município de Altamira-PA, E-mail: aldembergms@hotmail.com.

⁶ Pós-Graduada em Matemática do Ensino Básico UFPA, Graduada em Licenciatura Plena em Matemática UFPA, Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará. E-mail: raquel.da.mares@hotmail.com.

ABSTRACT: The work: “A look at the practice of professionals supporting students with autism in the municipal school system in Altamira Pará”, is linked to the Curriculum and Management of the Basic School research line and seeks to discuss the pedagogical practice of these students. professionals to students with ASD. In this research we call support professionals (hereinafter PA) the subjects who help students with disabilities and in the case of the argument presented here focusing on students with autism spectrum disorder ASD in the various activities developed at school, inside and outside the regular classroom. Studying a look at the practice of support professionals (PA) for students with autism contributes to expanding knowledge in the area, transporting us to the perspective of school inclusion. In this horizon, the theme reaffirms the need for everyone to understand and accept human diversity, and to be able to contribute to the construction of a just and egalitarian society. The central focus of this study is to explore the extent to which the politeness of autistic children is something that includes many social, visual, behavioral and routine skills. Evidencing what would be the fundamental strategies for the autistic child to grow cognitively and socially, in addition to increasing the psychological well-being of the child and the family.

Keywords: Education. Autism. Resume. Basic education. Altamira.

1. INTRODUÇÃO

O Censo Escolar da Educação Básica divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nos revela que em 2018 o número de matrículas de alunos com deficiência chega a 1,2 milhão. Compreendemos que esse número expressivo é resultado dos avanços das políticas públicas educacionais que buscam garantir o acesso à educação como direito de todos.

Outro indicador importante que compõe o referido censo, é o percentual de estudantes entre 4 e 17 anos matriculados na educação especial, em escolas públicas brasileiras, que no ano de 2018 representou um total de 97,3%. A concentração de matrículas de alunos com deficiência nas redes públicas de ensino, segundo Laplane, revela a vocação inclusiva da escola pública. A autora também defende que

A presença maciça desses alunos nas redes é o principal argumento que levantamos para defender o investimento na melhoria do ensino, na qualificação de docentes, na construção e adequação de espaços, na provisão de recursos que facilitem a acessibilidade física e o acesso ao conhecimento e cultura (LAPLANE, 2016, p. 44).

Sobre os fatores elencados pela autora relacionados ao público-alvo da educação especial no sistema público de ensino, observamos, durante nossa formação acadêmica e profissional em escolas públicas do estado do Pará, a existência de

lacunas, sobretudo no que tange a qualificação de docentes, o que finda por não garantir o acesso e permanência de todos na escola.

Essa realidade nos levou a pesquisar, sobre o trabalho de acompanhantes de alunos com deficiência nas escolas da Rede Municipal de ensino de Altamira Pará. Apesar da maioria dos professores das salas regulares afirmar que a presença dos P.A. contribuir positivamente no atendimento aos alunos com deficiência, os mesmos não os orientam e nem os acompanham no trabalho que eles desenvolvem na escola. Eles recebem orientações do professor do atendimento educacional especializado - AEE, que faz esforços permanentes para elaborar e implementar ações pedagógicas que garantam a educação dos alunos com deficiência (SIQUEIRA, XAVIER, ARAÚJO, 2016).

Além da importância da formação continuada dos profissionais, corroboramos com Oliveira (2009) quando ela nos diz que a consolidação de práticas pedagógicas para todos os alunos acontece a partir de ações coletivas com toda a instituição, inclusive os discentes.

Nesse contexto de aumento considerável de serviços prestados ao aluno com deficiência na referida rede de ensino municipal em Altamira/Pá, entendemos ser importante se debruçar sobre como a inserção dos profissionais de Apoio pode contribuir para a escolarização dos alunos público-alvo da educação especial.

Como Albuquerque (2014, p. 286) nos revela, “A presença do apoio é um dos elementos mais expressivos para se concretizar a inclusão dos alunos com deficiência.” Diante de tais premissas, nos colocamos as seguintes questões: como as práticas dos P.A. têm se constituído nas escolas? Elas são fruto de um trabalho colaborativo e planejado com os demais profissionais da escola? Quais as dificuldades dos professores em relação ao trabalho junto aos P.A. e alunos com deficiência?

Nessa perspectiva, nesse trabalho, nos propomos a aprofundar os estudos referentes à prática dos P.A., buscando conhecer os limites e as potencialidades de suas atividades para inclusão dos alunos com deficiência na escola. Para tanto, procuramos, inicialmente, conhecer a produção científica referente aos Profissionais de Apoio.

No trabalho, optamos por utilizar o termo “Profissional de Apoio”, pois nas legislações nacionais essa é a denominação para os sujeitos que prestam apoio individualizado aos alunos com deficiência nas diversas atividades escolares (LBI, 2015; Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010).

Apresentar a prática dos profissionais de apoio na escola torna-se de suma importância, porque contribui para o estabelecimento de novas relações entre estes profissionais e os demais educadores da escola, que venham contribuir para a construção de práticas pedagógicas inclusivas para pessoas com deficiência e que garantam “sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, LBI, 2015, Art. 2º, p. 01).

É fato, como nos alerta Oliveira (2006), que a educação para todos não se encerra no contexto das pessoas com deficiência - embora a pesquisa seja esse o grupo ao qual nos detemos - mas compreende os contextos das minorias presentes nas sociedades e que, de uma maneira ou de outra, tornaram-se invisíveis nas políticas públicas e em particular, nas educacionais. Como podemos observar, a autora, define as minorias como:

[...] meninos e meninas de rua, favelados, gays, prostitutas, donas-de-casa, índios, negros, populações rurais, deficientes e muitos outros fazem parte dessa legião de excluídos. [...] minorias excluídas e marginalizadas pela própria escola (OLIVEIRA, 2006, p. 13)

Assim sendo, o paradigma da inclusão exige que os sistemas de ensino implementem políticas e práticas que possibilitem o desenvolvimento social e educacional para todos os alunos. Isso significa enfrentar o desafio de superar os paradigmas anteriores, de modo a não reproduzir no cotidiano escolar ações educativas que deixem à margem aqueles que fogem à “normalidade”, como por exemplo a realização de atividades descontextualizadas e falta de interação entre os pares. Corroboramos, com base em Mantoan que:

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional. [...] na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. Às escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, afinidades avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais) (MANTOAN, 2003, p. 24).

Nessa direção, mais do que o ato de introduzir o aluno na escola, defendemos que é necessário perceber esse espaço como local onde deve ser oferecida uma educação de qualidade para todos os alunos, reconhecendo suas diferenças e oferecendo condições para a constituição de práticas inclusivas. Isso significa conhecer as necessidades educacionais de cada um, de modo a identificar as adequações curriculares que atendam a todos os envolvidos no processo educativo, reunindo todos os esforços para garantir os princípios democráticos de participação plena, na busca da constituição de uma escola inclusiva. Como destaca Santos:

[...] uma escola com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, em QUALQUER instituição de ensino, de QUALQUER nível educacional. (SANTOS, 2009, p. 13)

No que toca a reestruturação das escolas, transformando-as em espaços de formação social, Pietro (2006) indica que é importante romper os pilares tradicionais que sustentam ações educativas segregadoras e integradoras que tanto dificultam a formação social das pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, observa-se, claramente, até pela forma como a lei se refere à pessoa com deficiência, que não existe um interesse em promover mudanças reais no espaço escolar para atender as necessidades educacionais desse alunado. Esse acesso é condicionado à capacidade da pessoa de “enquadrar-se” ao sistema existente, implicando que o sujeito se adeque ao padrão estabelecido para todos os alunos. Apesar do espaço para a presença dos alunos com deficiência no sistema geral de educação, não há menção dos recursos que os sistemas irão dispor para garantir a inclusão desses sujeitos.

Outro ponto, também relevante na definição do objeto desse *projeto/pesquisa*, é a importância de provocar a investigação com a perspectiva de analisar, Como se caracteriza a prática pedagógica do Profissional de Apoio de alunos com deficiência inseridas no contexto da cidade Altamira no Estado do Pará.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Considerando o objetivo geral de nossa pesquisa – caracterizar a prática de profissionais de apoio à inclusão de alunos com TEA – entendemos que se trata de

uma investigação que tem como base a abordagem qualitativa, uma vez que ela não se preocupa simplesmente com as causas ou consequências de um fenômeno, mas com as descrições de suas características (TRIVIÑOS, 1987).

Tal abordagem é comumente utilizada em estudos do campo educacional, principalmente devido ao papel do investigador qualitativo, que busca, através de uma relação dialógica com os sujeitos investigados, adotar as estratégias necessárias para uma melhor compreensão da realidade em foco. Nessa direção, Bogdan e Biklen nos dizem que:

Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aquele de uma forma neutra (BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

Podemos dizer, ainda, que a nossa pesquisa se caracteriza como descritiva, uma vez que assumimos o compromisso de descrever um fato ou fenômeno social e a pesquisa descritiva ser “normalmente feita na forma de levantamentos ou observações sistemáticas do fato/ fenômeno/ problema escolhido” (SANTOS, 1999, p. 26). Em nossa investigação, nos comprometemos em observar o cotidiano dos P.A. nas escolas, de modo a caracterizar as práticas desenvolvidas para o atendimento dos alunos com deficiência no espaço escolar.

Quanto aos procedimentos técnicos, entendemos que se trata de um estudo de campo, onde nos preocupamos com o aprofundamento das questões referentes à atuação dos P.A., observando sua interação com o campo escolhido e com os outros atores do processo educativo. Sobre isso, Gil nos diz que:

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (GIL, 2002, p. 53).

Após a definição dos conceitos básicos referente à metodologia definida em nossa pesquisa, faz-se necessário conhecer nosso campo e sujeitos de pesquisa, além dos instrumentos de coleta de dados e o procedimento de análise que foram utilizados.

Os critérios para a escolha do campo deverão começar a serem delineados a partir da etapa exploratória da pesquisa, quando tivermos a indicação de algumas escolas da Rede Municipal de Ensino de Altamira, referenciadas por professores do AEE como instituições que realizam um trabalho significativo em busca da inclusão escolar.

Ao chegarmos nessas escolas solicitaremos indicações de mais escolas que tenham trabalho de destaque no que se refere à inclusão de alunos com deficiência, ou que tenham um grande número deles inclusos.

A partir dessas visitas, destacaremos dois aspectos observados: o primeiro é que a hipótese levantada por nós de que escolas com grande número de alunos com deficiência tenham, conseqüentemente, um número expressivo de P.A. será refutada visto que há diversos alunos que possuem autonomia para a realização de suas atividades e não necessitam do auxílio constante desses profissionais ou que, apesar de serem diagnosticados com alguma deficiência, não fazem parte do grupo prioritário a ser contemplado com P.A.

O segundo aspecto a ser mencionado é que solicitaremos à Secretaria de Educação da Cidade do Altamira, dentre outras coisas, uma lista com as escolas com maior número de P.A. em seu quadro de funcionários.

Teremos como sujeitos principais desta pesquisa os profissionais de apoio (P.A.), sendo dois de cada escola escolhida no percurso da pesquisa. Será importante compartilharmos o caminho percorrido para a seleção dos sujeitos participantes da presente pesquisa.

Após a escolha das Escolas campo de nossa investigação, aplicaremos um questionário com o objetivo de conhecer o perfil dos P.A. presentes nelas e a partir de suas características, selecionar aqueles que atendam melhor as nossas metas. Richard (2008) afirma que o uso de questionários nos auxilia a caracterizar e medir variáveis de um grupo social, sendo, portanto, um instrumento de coleta de dados bastante utilizado em pesquisas científicas para este fim.

3. A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA

A ingresso da criança com autismo na escola gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações.

Receber alunos com transtorno do espectro autista ou uma deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

Para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa. Além disso, para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros.

O currículo é a concretização, a viabilização das intenções expressas no projeto pedagógico, e há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendida, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura.

Entretanto, quando se pensar em currículo, o foco deve sempre partir da realidade de cada criança, seja ela com TID (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento) ou não, pois:

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são os conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar a real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6).

Dessa forma, quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas.

No entanto, para que o educador e o profissionais de apoio consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores e *principalmente* os *PROFISSIONAIS DE APOIOS* não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação.

3.1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Na década de 90 houve grandes transformações na política educacional Brasileira, nessa época começou o movimento da inclusão escolar que resultou em novas perspectivas no campo da educação especial.

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Segundo Hypolitto (2002, p. 64), na conferência mundial de educação para todos de Jontiem (1990), foram discutidas as necessidades básicas de aprendizagem. O eixo do debate educacional do Terceiro Mundo deixou de ser a alfabetização para se concentrar na universalização da educação básica.

No que se refere à educação especial, destaca que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988), além de prescrever em seus dispositivos que a educação é um direito fundamental. No ano de 1994 a Declaração de Salamanca vem para mudar o cenário da educação mundial, sua elaboração ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha. Segundo, Santos e Teles (2012, p. 81), esse documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender todas as pessoas de modo igualitário. Essa declaração ainda

ênfatiza a real necessidade da inclusão educacional das pessoas que apresentam quaisquer necessidades educacionais especiais.

Dessa maneira em 1994, a Declaração de Salamanca passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. De acordo com a declaração o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (1994, p. 5). Além disso, a declaração destaca que a escola e o projeto político pedagógico devem adequar-se às necessidades dos alunos.

No Brasil o documento Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (DUTRA et al., 2008, p. 06), ressalta que a partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Além disso, essa política aborda a classificação de alunos e o valor da diversidade esclarecendo que:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (DUTRA et al., 2008, p. 15).

Dessa forma não deve haver distinção de nenhum indivíduo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível. O acesso à educação por sua vez é garantido por lei, porém é necessário que os responsáveis legais a cumpram, pois todos têm o direito a uma educação inclusiva e um ensino público e gratuito. Este direito está garantido no Art. 208, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que as pessoas com necessidades especiais tenham o direito a educação preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

[...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (DUTRA et al., 2008, p. 16).

Além da escola e comunidade estarem envolvidos para que aconteça a aprendizagem das crianças da melhor forma possível é importante também que a escola disponha de ambientes e condições adequadas, dessa maneira o documento “Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, destaca que:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2). As escolas brasileiras também vêm sofrendo, grandes dificuldades como a falta de recursos e despreparo dos professores, o que pode afetar a permanência das crianças com deficiência na educação. Porém, segundo Brasil (2012, p. 10), nem sempre a falta de recursos de acessibilidade está relacionada à questão financeira, pois o professor pode utilizar recursos simples e conseguir garantir o acesso de seu aluno na aprendizagem.

De acordo com Gomes (2010, p. 36) quando os professores destacam suas dificuldades e necessidades em relação ao ambiente que atuam podem também estar chamando a atenção para a sua condição de isolamento profissional. A democratização da gestão e a educação inclusiva se relacionam 13 diretamente, e uma escola inclusiva deve ser, antes de tudo, uma escola democrática. Outro fator importante observado é o crescimento das matrículas no ensino regular.

Os dados do censo escolar indicam que, em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns (PORTAL BRASIL, 2015). Entretanto, o número de alunos com deficiência que frequentam as

escolas no ensino regular sobe, mas o fato de ter muitos alunos especiais no ensino regular não significa que a inclusão está acontecendo em todas as escolas e que o aprendizado está sendo adquirido por todos os alunos.

De acordo com Brasil (2010), a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

De acordo com Brasil (2010, p. 12): Em 1999 o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853-89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Essas crianças também têm o direito de participarem do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas em relação ao nosso tema “Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com autismo” foram superadas. A partir dos estudos realizados, percebemos que para haver o acesso a uma educação para “todos”, é necessário um comprometimento por parte dos alunos, *profissionais de apoio*, professores, pais, comunidade, ou seja, todos que participem da vida escolar da criança com autismo. É preciso que o profissional tenha um olhar atento às necessidades de cada aluno, foque em suas potencialidades e não em suas dificuldades, para que de fato esse aluno se sinta incluído e assim se efetive o ensino-aprendizagem.

Notamos também, mesmos que os cursos de formação continuada da rede municipal ofereçam disciplinas de Educação Especial, para os *profissionais de apoio* isso não impede que muitos deles se sintam desconfortáveis ao receberem aluno com TEA na escola, isso porque a formação inicial é o primeiro passo. O profissional precisa conhecer e ter a mínima noção a respeito das diferenças, e assumir seu papel

de colaborador do conhecimento de todos os educandos, com vistas a contribuir com uma escola inclusiva e com uma sociedade mais inclusiva.

Este trabalho poderá esclarecer a importância da estimulação da criança autista, aos profissionais que com eles atuam. Esperamos que percebam como o autista é capaz de aprender. Desafios? Sim, há muitos, mas que podem ser superados e gerar ótimos resultados, quando trabalhados de maneira correta. Para isso é importante que haja a interação entre família e escola, para que ambos saibam como está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem e assim entender as diversas peculiaridades da criança autista, além de melhor incluir.

Percebemos também que a educação de crianças autistas é algo que inclui muitas habilidades sociais, visuais, comportamentais e de rotina. Todas as estratégias são fundamentais para que a criança autista cresça cognitivamente e socialmente, além de elevar o bem-estar psicológico da criança e da família.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **Prática Pedagógica Inclusiva: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, CE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BODGAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. 335 p.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em. Acesso em: 10 maio 2018.

DUTRA, Claudia Pereira et al. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, jan. 2008. Disponível em: . Acesso em: 22 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HYPOLITTO, Dinéia. **A equidade da educação básica: um desafio na prática. Integração**, ano VIII, n. 28, p. 64-66, fev. 2002. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2014.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Trajetórias Escolares e Deficiência: Reflexões sobre os dados do Censo Escolar**. In: VICTOR, Sônia Lopes; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Org.). **Educação Especial: Políticas e Formação de Professores**. Marília: ABPEE, 2016. v. 1, cap. 2, p. 35-46.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, Keila Souza. **A prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental para alunos com deficiência**. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. In: **3º Simpósio Educação e Comunicação**, set. 2012. p. 77-87. Disponível em: . Acesso em: 07 dez. 2014.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar**. 2008. 36 f. **Trabalho de Conclusão (Curso de Distúrbios de Aprendizagem) – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem**, São Paulo, 2008. Disponível em: . Acesso em: 03 abr. 2015.

SANTOS. Dionei Alves. **As percepções dos agentes de apoio em educação especial sobre a inclusão escolar no ensino regular**. **Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho)** – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2017.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. **Do direito à educação**. In: SETÚBAL, Joyce Marquezin; FAYAN, Regiane Alves Costa (Org.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Disponível em: Acesso em: 26 fev. 2018.

SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira de. **Mediação Escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SIQUEIRA, Maria Leandra de; XAVIER, Sheyla Alves; ARAÚJO, Clarissa Martins. **A prática pedagógica na escola no atendimento às crianças com deficiência – o papel do acompanhante na educação desse alunado**. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)** - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

TRIVINÕS, A. N.S. **A pesquisa qualitativa em educação: introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão.** In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, 2007. Disponível em: . Acesso em: 26 set. 2014.